

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A) DA UFPE

Autora: Katiane Cibele de Souza; Co-autora: Rebeca Bandeira dos Santos; Orientadora: Dayse Moura Cabral

Universidade Federal de Pernambuco

katebely@gmail.com, becca.bandeira@gmail.com, mouradayse@yahoo.com.br

Este estudo teve por objetivo analisar a importância que a disciplina Educação e Relações Etnicorraciais no Brasil tem no processo de formação inicial do (a) pedagogo (a) da UFPE. Com a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira através da Lei 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, percebemos a necessidade e a importância de buscar estratégias de ensino, que nos ajudem a construir práticas que contemplem e valorizem o ensino. Utilizamos como instrumentos de pesquisa a entrevista semiestrutura com oito alunos (as) que cursaram a referida disciplina. Identificamos que os (as) estudantes apresentaram um sentimento de pertencimento e respeito à nossa construção histórica e às diferenças existentes, no qual o currículo etnocêntrico inviabiliza e insiste em ocultar, esse sentimento é construído à medida que, os (as) estudantes aprofundam conceitos e discussões sobre a temática, refletindo diretamente nas práticas pedagógicas às tornando inclusivas, dosadas com respeito e valorização. Buscamos promover reflexões sobre as contribuições que a mesma proporciona para a construção de novos olhares que corroborem para um ensino com práticas pedagógicas antirracistas.

Palavras-chave: **Palavras Chaves:** Educação e Relações Etnicorraciais, Formação Docente do (a) Pedagogo (a), Práticas Pedagógicas Antirracistas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo colaborar com a discussão em relação à relevância do estudo sobre a Educação das Relações Etnicorraciais no processo de formação do (a) pedagogo (a) da UFPE. Após cursarmos a disciplina Educação e Relações Etnicorraciais no Brasil – (ERER), no curso de Pedagogia, pudemos perceber a importância de compreendermos sobre essa temática, pois com base nas contribuições que a mesma nos trouxe, observamos as mudanças em nossas concepções sobre as relações Etnicorraciais na sociedade brasileira e suas implicações no contexto escolar. Os saberes adquiridos nos possibilitaram refletir sobre nossas práticas docentes, nossas posturas e procedimentos discriminatórios que repercutem na ação pedagógica; proporcionando-nos a construção de estratégias e práticas docentes promotoras da equidade racial.

A disciplina Educação e Relações Etnicorraciais no Brasil foi criada em 2012, na condição de disciplina eletiva, com carga horária de 60 horas, criada e ofertada por uma professora do Departamento de Métodos e Técnicas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

de Ensino, do Centro de Educação da UFPE. Identificamos que foi a primeira disciplina no currículo do curso de Pedagogia a abordar a especificidade da educação das relações etnicorraciais de forma aprofundada em toda a sua carga-horária. Tivemos a oportunidade de cursá-la quando estávamos no 8º período. Destacamos que durante toda a nossa formação, até aquele momento, não tínhamos estudado nas demais disciplinas temas tais como: o mito da democracia racial e suas consequências para as relações no Brasil; a teoria do embranquecimento e as implicações para a construção e afirmação das identidades raciais; o continente africano, representações, reinos, produções culturais e científicas de diferentes países da África, sobre o conceito de preconceito racial, discriminação racial e as implicações do racismo no espaço escolar.

Analisamos os motivos que levaram os estudantes a cursar a referida disciplina, como também, identificamos as contribuições da mesma na formação do (a) professor (a) e em que medida a disciplina ERER possibilitou a compreensão sobre o processo de construção de identidades raciais dos (as) discentes. Historicamente, grande parte dos (as) professores (as) é formada através de uma visão eurocêntrica, homogeneizadora, linear e monocultural. Essa imposição nos currículos faz com que valores, saberes e culturas oriundas de outros grupos étnicos e raciais da sociedade brasileira sejam ignorados, invisibilizados nos processos formativos dos (as) estudantes (GOMES, 2012).

Observa-se que o currículo eurocêntrico valoriza e privilegia a cultura europeia, em questão de gênero, valorizando o homem, heterossexual e cristão. Essa é a composição geralmente, presente nos currículos e nas atividades escolares. Outras culturas e saberes como: indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, por exemplo, são excluídas nos currículos escolares. Consequentemente, ausentes também nos processos de formação inicial e continuada dos (as) educadores (as). Assim, 12 anos após a promulgação da Lei 10.639/2003, que obriga os estabelecimentos de ensino a trabalharem sobre a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira, questionamos qual a contribuição de uma disciplina de cunho antieurocêntrico, nomeada Educação e Relações Etnicorraciais no Brasil para a formação do (a) pedagogo (a) na UFPE? O que os alunos egressos da disciplina dizem sobre cursar a mesma? Essas questões nortearam nosso trabalho, no qual almejamos saber a importância dessa disciplina na formação dos (as) pedagogos (as), pois consideramos que esse componente curricular presente no processo formativo de professores (as) poderá contribuir

para mudar as práticas eurocêntricas enraizadas nas escolas e em nossa sociedade.

A formação do (a) pedagogo (a) pode contribuir para a mudança deste contexto segregador. Muitos docentes ainda terminam suas formações sem ter a oportunidade de problematizar, refletir e reconhecer a importância de contemplar no espaço escolar o trabalho com a diferença e a diversidade de culturas existentes na sociedade brasileira, em consequência, dificilmente serão capazes de transformar de forma crítica suas práticas, reproduzindo práticas monoculturais e eurocentradas. O processo de formação dos profissionais da educação precisa propor metodologias que valorizem e que criem espaços para a reflexão e a construção de novas pedagogias inclusivas e promotoras da equidade.

Faz-se necessário um processo de formação docente que favoreça, que negros e não negros construam uma identidade etnicorracial positiva, para isso, é preciso que a Educação das Relações Etnicorraciais no Brasil seja compreendida como um processo inclusivo, que busca valorizar as contribuições significativas que essas relações deram para a construção da sociedade brasileira. Esse processo inclusivo busca também, promover a equidade entre brancos e não brancos. A Lei 10639/03 é fruto da luta e das muitas reivindicações do Movimento Negro, ela modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB 9394/96) e tornou obrigatório nas escolas dos ensinos fundamental e médio, oficiais e privados, o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que deve incluir conteúdos como História da África e dos africanos, a Luta dos negros no Brasil, a Cultura negra brasileira e o Negro na formação da sociedade nacional, ressaltando a importância e a contribuição do povo negro nas diversas áreas pertinentes à História do Brasil. Sendo assim, a formação do (a) pedagogo (a) é fundamental e de grande significância para a mudança do atual contexto, muitos educadores ainda se sentem inseguros para falar sobre diversidade e diferença e com isso, não transformam suas práticas e conseqüentemente o contexto escolar também não se transforma em um espaço de inclusão. Sendo a formação docente uma área de grande importância para a construção de valores sociais, culturais, políticos e econômicos dos cidadãos (ãs) que a escola pretende formar, Gonçalves (1985) ressalta o poder das escolas, analisando que o preconceito racial e a discriminação se proliferam, nelas, através de mecanismos ou funcionamento do ritual pedagógico, entendido como a materialização da prática pedagógica, vivenciada na sala de aula, a qual exclui dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira. Sobre tal aspecto, Cavalleiro afirma:

É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das

profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o despreparo das educadoras para relacionarem com os alunos negros evidencia, também, seu desinteresse em incluí-los positivamente na vida escolar. Interagem com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades (CAVALLEIRO, 2000, p.35).

Então, em meio às lutas por uma prática docente não reprodutora de preconceitos, surgem as políticas públicas. Como política pública, as Diretrizes Curriculares agem como ações que conectam e dialogam com a pluralidade cultural existente na realidade social, valorizando um contexto histórico que historicamente foi omitido, as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais orientam a formação com respaldo na implementação e no desenvolvimento de suas bases curriculares (BRASIL, 2005). Uma identidade de formação é articulada com o currículo, pautada nas proposições e especificidades que o mesmo propõe. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 introduz novas orientações para a formação dos profissionais da Educação Básica, ainda que muitos desses encaminhamentos se distanciem dos almejos dos movimentos sociais e da sociedade como um todo, é imprescindível reconhecer a importância da legislação e do cumprimento da mesma.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, apoiamo-nos na abordagem qualitativa, que segundo MINAYO (2007), “[...] se ocupa, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, trabalhando assim [...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21). Quanto aos instrumentos, primeiro aplicamos um questionário que continha espaço para a identificação dos sujeitos em relação ao turno e período em que estavam matriculados, faixa etária e outras informações. Esse questionário serviu como base para a seleção dos sujeitos que participariam da entrevista. Optamos pela entrevista semiestruturada que, segundo Minayo (2007), é composta de perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistado uma flexibilidade na dinâmica das questões. A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Educação da UFPE e os sujeitos foram os (as) estudantes de Pedagogia, egressos da disciplina Educação e Relações Etnicorraciais no Brasil, do período 2015.1, turma noite, que tiveram interesse e disponibilidade para contribuir com a pesquisa. As entrevistas foram aplicadas no mês de outubro. Foram entrevistas oito pessoas, sendo quatro homens: um que trabalha na área de educação e três não; e quatro mulheres: três que trabalham na área de Educação e uma não. Aplicamos também, uma entrevista com uma das professoras universitárias que criou a

disciplina Educação e Relações Etnicorraciais no Brasil, para sabermos como ocorreu todo o processo.

Para a análise e tratamento dos dados coletados, utilizamos a análise temática de conteúdo. De acordo com Franco (2005), “é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada, que expressa um significado e um sentido”. (idem, p.13). Ainda segundo o autor, “a interpretação e tratamento dos resultados obtidos, os dados brutos são submetidos a operações estatísticas, a fim de se tornarem significativos e válidos e de evidenciarem as informações obtidas”. (FRANCO, 200, p. 78). Deste modo, buscamos filtrar nos conteúdos coletados, através da transcrição das falas gravadas, a categorização e a interpretação, como etapas imprescindíveis para o processo de análise temática de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A disciplina EREER no currículo do curso de Pedagogia da UFPE

Ao realizamos a entrevista com a professora Dayse Moura, negra, que faz parte do Departamento de Método e Técnicas de Ensino – DMTE, da Universidade Federal de Pernambuco, direcionamos quatro questionamentos. Perguntamos como surgiu o interesse em criar a disciplina EREER no Brasil, ela nos respondeu que:

“A partir de 2010 quando ingressei na universidade percebi a lacuna no currículo do curso de Pedagogia a necessidade específica para trabalhar sobre a Educação das Relações Etnicorraciais justamente pela relevância no curso de Pedagogia e pela necessidade das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que os professores tinham que ter uma formação para poder implementar essas legislações que de fato muda a Lei de Diretrizes e Bases – LDB na sala de aula”.

A disciplina EREER no Brasil foi apresentada como uma eletiva no colegiado do departamento, que obteve a aprovação e no ano de 2012.1 ela passou a ser oferecida aos alunos do curso de Pedagogia e aos alunos de Licenciaturas diversas até o momento. Quando questionada sobre o processo de inserção da disciplina, ela respondeu que “A disciplina sempre foi bem aceita pelos alunos, não havendo nenhuma objeção por parte da sua equipe de trabalho e do departamento ao qual faz parte”. Para a docente, a formação é imprescindível para que possamos mudar conceitos, posturas, procedimentos, atitudes e, precisamente no trato com o racismo, que no Brasil tem um modo multifacetado, ou seja, ninguém se assume como racista, mesmo sabendo que o racismo é crime e que a toda hora e a todo instante pessoas estão sendo vítimas desse crime que muitas vezes é silenciado. Com isso, é importante

entender como ele se manifesta e perceber o dano que ele causa para a subjetividade do sujeito negro e não negro e também as implicações do racismo nas questões políticas, econômicas e sociais não só para os (as) pedagogos (as), mas para todos profissionais, toda a sociedade, isso é imprescindível para que possamos construir um mundo melhor, uma sociedade sem discriminação e sem racismo, no qual as pessoas respeitem as diferenças e que busquem conviver de maneira democrática. Em relação à intencionalidade da disciplina, a resposta foi a seguinte:

“Ela visa contribuir com o processo formativo do educador, do pedagogo, pois este forma opinião, forma pessoas e a educação tem um papel imprescindível para a mudança de atitudes e procedimentos, principalmente, para a descolonização das mentes, descolonização das percepções racista e escravocrata e da perspectiva do currículo eurocêntrico que se tem e que se desenvolve. Objetivou também, a importância de se divulgar e de falar sobre diferentes culturas, a contribuição do povo negro e indígena para a construção da riqueza do país, para a construção da cultura, o que foi o processo abolicionista e pós-abolicionista, como vive a população negra está sendo vista hoje, a especificidade da mulher e da mulher negra, das crianças, dos quilombolas e dos povos indígenas, trazendo essas culturas tão ricas e que de certa forma são invisibilizadas, silenciadas no currículo pelas relações de poder”.

Afirma também o quanto é essencial o comprometimento por parte dos profissionais da educação em discutir e divulgar a questão das relações raciais existentes no nosso país, promovendo uma nova postura diante do currículo colonizador que é vivenciado no âmbito educacional. A seguir vamos discutir sobre o que pensam os (as) estudantes de Pedagogia da UFPE sobre a disciplina EREER no Brasil. A entrevista com os (as) estudantes foi formada por sete perguntas semiestruturadas. A seguir apresentamos os quadros com as respostas dos sujeitos que participaram da pesquisa. O primeiro ponto para discussão é sobre os motivos que levaram os (as) alunos (as) a escolherem cursar a disciplina. As diferentes respostas estão apresentadas no quadro a seguir:

QUADRO 1: Motivos que levaram os alunos à escolha da disciplina EREER no Brasil.

Categorias	Sujeitos	Total
Disponibilidade	1	1
Curiosidade	1 e 3	2
Experiência na área	2,7 e 8	3
Ausência da temática no currículo	2,4 e 8	3
Importância da temática para formação	3,4,5,7 e 8	5

Pertencimento Racial	3 e 5	2
Aprofundamento na temática	5,6 e 8	3

Como pode ser observado na tabela, o motivo principal que levou os estudantes a escolherem cursar a disciplina ERER refere-se à importância dessa temática para a formação do professor, como podemos ver no depoimento do sujeito 5 abaixo:

“Bem, eu escolhi porque além de ser lei o ensino da história da África, dos afrodescendentes, eu acredito que pra mim também como aluna descendente da África seria muito interessante como futura pedagoga, estudar essa disciplina né. Ter conhecimentos mais aprofundados na área”. (Sujeito5)

Para Freire (1996), o educador precisa compreender que, ao ensinar, está de alguma forma intervindo na realidade dos seus alunos e do mundo e “que em seu contínuo processo de formação, deve criar espaços de inclusão e de participação”. (CAVALLEIRO, 2000). A importância da temática na discussão foi o primeiro motivo seguido da ausência da temática no currículo, como pode ser observado na fala a seguir:

“Eu acho que é uma lacuna dentro do currículo, do curso de pedagogia... Ela é uma disciplina que realmente devia ser obrigatória... eu particularmente senti uma necessidade de cursar”. (Sujeito 4)

Diante da fala do sujeito 4 e do relato da professora Dayse, comprova-se que há a necessidade de compor no currículo acadêmico uma disciplina que discuta sobre a história e saberes das culturas africanas, indígenas, afro-brasileira e quilombolas, que durante muito tempo foram negadas e omitidas, dificultando uma nova postura pedagógica crítica por parte dos professores no espaço escolar e em outros espaços de relações humanas. Segundo Munanga (2005), mesmo que inconscientemente, reproduzimos preconceitos que transpassam nossa sociedade, por sermos frutos de uma educação eurocêntrica e monocultural, que compromete o papel do educador no processo de formação e construção da cidadania, pois o currículo escolar está diretamente ligado às relações de poder.

Outros motivos se relacionam respectivamente com o pertencimento racial, a curiosidade e a disponibilidade, como podemos destacar nas falar a seguir:

“Primeiro lugar porque sou de família negra e eu dou muito valor ao negro em todos os sentidos não só por cor de pele isso não tem nada a ver (...)”. (Sujeito 3)

“(...) a gente não tem o costume de trabalhar em sala de aula, eu nunca trabalhei em sala de aula com meus alunos quando eu estagiei e nem nunca vi isso em sala de aula, nunca vi nada, até porque eu tenho 36 anos hoje e naquela época a gente não via nada sobre isso, uma questão muito nova para mim, vamos dizer assim, e ao chegar na universidade

eu vi que é novo isso e eu quis vê como se daria isso, como vai ser isso?(...)”.
(Sujeito 1)

Observamos nas falas acima, que por ser negro e de família negra; e por curiosidade, os estudantes demonstraram interesse em conhecer e se aprofundar sobre a temática, sobre a história do continente africano e de seus descendentes. E através dos conhecimentos adquiridos na academia, eles se sintam preparados para trabalharem com as questões Etnicorraciais com seus alunos, pois a postura do professor diante das questões sociais é importante. (FREIRE, 1996).

Os estudantes durante as entrevistas reforçaram que apesar da história e imagem dos negros serem construídas de maneira negativa, a disciplina contribuiu para uma desconstrução da visão do negro como uma raça sempre explorada pelos colonizadores e hoje a situação do negro em nossa sociedade é diferente, pois estão alcançando, garantindo sua autonomia, em variados espaços excludentes, que não permitiam os negros de fazerem e se sentirem parte de nossa sociedade. Isso proporciona uma valorização, uma autoestima, um crescimento pessoal e profissional nos espaços de atuação que os negros estão inseridos, o que é confirmado pelo sujeito 3;

“Muitas vezes eu tinha vergonha dos meus pais porque ele era bem pretinho e a minha mãe clara, aí eu não tinha o entendimento tá entendendo. (...) a disciplina Contribuiu para meu crescimento não só profissional, mas o meu crescimento pessoal, como pessoa, ser humano”.

Outro para a discussão foi sobre o que os estudantes destacam em relação a aprendizagem significativa durante a disciplina ERER no Brasil. Retratamos as diferentes respostas no quadro abaixo:

QUADRO 2: Construção de aprendizagem significativa pelos estudantes durante a disciplina ERER no Brasil.

Categorias	Sujeitos	Total
Autoquestionamento e Reflexão	1 e 8	2
História do continente africano	2,3,4,5 e 7	5
Cumprimento de Leis	4	1
Branquitude e Branqueamento	5	1

Conhecimento/Valorização da Cultura	5 e 6	2
Escolarização dos/as negros/as no Brasil	7	1
Preconceito na Linguagem	8	1

Podemos perceber na tabela, que a maioria dos estudantes respondeu que teve como aprendizagem significativa, o conhecimento e valorização sobre a história do continente africano e o autoquestionamento e reflexão sobre a temática das relações Etnicorraciais, como destacamos nas falas dos sujeitos abaixo:

“(...) Falando do continente, a primeira aula que ele deu do continente africano, a gente tem aquela visão só de pobreza, mas a gente sabe que a África num é só isso, tem a parte que é rica né? (...)” (Sujeito 5)

“Digamos que, não ou nem pelo lado pedagógico, digamos que, abriu os horizontes, (...) essa principalmente é um campo minado, porque você vai dizer: Opa...como eu vou dizer, como ensinar meu aluno olhando pelo lado pedagógico, como dizer ao meu aluno como não dizer, o que fazer? Como é que tá? Como é que não tá? Então, como me comportar, como fazer pra defender?”. (Sujeito1)

Observamos nas falas dos sujeitos que é primordial para o pedagogo em formação conhecer e se aprofundar sobre a história, as regiões, as etnias e as culturas do continente africano e que a partir dos conhecimentos adquiridos, os profissionais da educação possam valorizar a cultura africana e levantar questionamentos diante das posturas e práticas pedagógicas racistas e discriminatórias que ocorrem na escola e em outros espaços de convívios desses profissionais. Essas práticas podem ser de cunho verbal, onde o preconceito é embutido, ou corporal, em que estas humilham e excluem os negros de espaços de socialização dos brancos. Outro questionamento foi se a disciplina ajudou os estudantes a elaborarem atividades no combate à discriminação, preconceito e racismo e se a mesma facilitou para a implementação da Lei 10.639 nas práticas pedagógicas. Exibimos no quadro abaixo as diversas respostas dos estudantes:

QUADRO 3: A contribuição da disciplina para a formação dos estudantes.

Categorias	Sujeitos	Total
Maquiamento do preconceito (bullying)/ Mito da Dem. Racial	1	1
Aprender a discutir a temática (ter postura antirracista)	1,2,3,4,7 e 8	6
Escassez de material	1,3,5 e 6	4

Grande contribuição das leis ao conhecê-las	2,3,7 e 8	4
Como trabalhar ERER	3,4,5,6,7 e 8	6

Diante do quadro exposto, podemos perceber que a maioria dos estudantes informou que a disciplina contribuiu para refletirem sobre como trabalhar as ERERs, podemos relacionar também com a aprendizagem que proporciona conhecimentos para discutirem a temática de maneira segura, o que é exposto nas falas a seguir:

“(...) Saber como lidar com isso. Vê os conteúdos. Aprender a analisar os livros didáticos, se eles trazem elementos que confirmem ainda o preconceito ou não. E a gente tem né?... São elementos que são importantes, mas não é só a lei é uma questão que envolve todo o currículo escolar. E a postura do professor tem que ser outra, porque não dá pra continuar do mesmo jeito. (...)”. (Sujeito 5)

“(...) Ela (a disciplina) me ajudou a implementar a lei abertamente através das relações de convívio e postura dentro da própria academia (na sala e nos corredores) e em outros espaços que há as relações humanas”. (Sujeito 2)

As falas enfatizam um processo de construção que dialoga com o olhar do (a) pedagogo(a) sobre suas práticas, uma preocupação em não reproduzir práticas eurocêntricas que privilegiam uns em detrimento e negação do outro. As duas outras categorias mais levantadas pelos estudantes foram: escassez de material e a grande contribuição das leis, que ao conhecê-las, a maioria dos estudantes afirmou a importância da disciplina apresentar e discutir as leis, como podemos perceber na fala do sujeito 2 citada acima concluímos a necessidade de discutir a legislação que deve ser devidamente cumprida, porém, o seu cumprimento requer conhecimento, reconhecimento e acima de tudo cautela afim de evitar práticas que impulsionem os estereótipos e a discriminação racial. O último ponto para a discussão traz outros elementos apontados pelos estudantes a partir dos estudos da disciplina ERER no Brasil. As diferentes respostas estão expostas no quadro a seguir:

QUADRO 4: outros elementos apontados pelos estudantes a partir dos estudos da disciplina ERER no Brasil

Categorias	Sujeitos	Total
Obrigatoriedade da disciplina	1,3 e 8	3
Investimento da temática na Ed. Infantil	4	1
Docentes que ministram a disciplina são negros/as	5	1

Pesquisas da área serem mais divulgadas	8	1
---	---	---

Nessa questão a maioria dos estudantes apontou que a disciplina deveria ser obrigatória no currículo de pedagogia, pois a discussão sobre a temática é de grande relevância para os pedagogos em processo de formação, o que é evidenciado na fala do sujeito 1;

“(...) a disciplina é muitooo..., muito rica é muito interessante que pena que é pouco tempo, que pena que é apenas um período, apenas uma eletiva, seria bom se ela fizesse parte da grade curricular (...)”. (Sujeito 1)

Foi citada também, a falta de investimento da temática na Educação Infantil, expressando a preocupação por parte do estudante em discutir sobre a questão Etnicorracial com crianças de 0 a 6 negras, pois é no espaço escolar que ocorrem seus primeiros contatos com preconceito, racismo e estigmas que as negativam, inferiorizam. E é através de posturas antirracistas e não discriminatórias colocadas e prática pelos professores que as crianças de fato poderão compreender e construir sua identidade racial, pois desde a infância, somos educados e condicionados a “hierarquizar as classificações sociais, culturais, raciais, de gênero entre outras” (GOMES, 2005). Outros levantamentos foram sobre: os (as) docentes que ministram a disciplina serem negros (as) e demonstrarem ser os únicos interessados e comprometidos com a valorização histórica dos negros no contexto brasileiro; e a necessidade de divulgação de pesquisas da área, obtendo mais amplitude para auxiliar outros estudantes, pesquisadores interessados com a temática das relações etnicorraciais.

CONCLUSÕES

Analisando as categorias levantadas através dos discursos dos estudantes, podemos perceber que a disciplina contribui para a formação docente à medida que, apresenta aos estudantes conhecimentos sobre conceitos e discussões que concernem a Educação e as Relações Etnicorraciais. Acreditamos que essa construção de conhecimentos antirracistas parte de um aprofundamento na temática refletindo diretamente nas práticas pedagógicas às tornando inclusivas e dosadas com respeito e valorização.

Conscientes do desafio de atuar contra um currículo que oculta o valor das histórias do negro, do indígena, da construção histórica brasileira e a importância das relações Etnicorraciais nessa construção, ressaltamos que os estudantes afirmaram a dificuldade de discutirem sobre a temática, e uma das bases

norteadoras desse desafio é a falta de conhecimento sobre, além da cautela em não reproduzir preconceitos e estereótipos que nos foram transmitidos em meio a uma educação elitista e excludente. As discussões norteadoras expostas pretendem contribuir com a formação do (a) educador (a) e do (a) educando (a), para que todos possam agir no mundo, como sujeitos emancipados. Enxergar e valorizar a pluralidade cultural existente na construção de nossa identidade é um ponto base e norteador para que possamos evoluir como sujeitos ativos em nossa própria cultura e em respeito às culturas viventes.

REFERÊNCIAS

- Anais do Fórum de Educação – Pedagogo: que profissional é esse.** Coordenação de Dolores Maria Borges de Amorim. Belo Horizonte: Fae/CBH/UEMG, set/2002. Parte I – Conferências. 27
- BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** *Parecer nº 5/2005.* Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf> Acesso em: 28. jun. 2015.
- _____. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** *Resolução 1/2006.* Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 28. jun. 2015.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais. 1 a 4. Ciclos - Ensino Fundamental.** Brasília: MEC, 1997.
- _____. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino.** Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 2003.
- _____. Lei nº. 11.645/2008. **Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino.** Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 2008.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar. Educação e Poder - racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil.** São Paulo: Summus, 2000.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação – Documento Final.** 2010. Brasília: 164 p.
- Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** Brasília, 2ª edição :Liber Livro Editora, 2005
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GOMES, N. L. **Alguns termo e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: educação anti-racista: caminhos pela Lei nº 10.639/03. Coleção Educação para Todos, 2005.
- _____. **Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos.** Currículos sem fronteiras, v. 12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.



MINAYO, M.C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26ª Ed-
Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.
P. 24.

MUNANGA, K. **Identidade, cidadania e democracia: uma reflexão transdisciplinar**. São
Paulo: Cortez, 1994 p. 177-187.